



REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A INTERSECCIONALIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

SOUZA, Enelise Hâvilla Ferreira da Silva¹
SANTOS, Soraya Dayanna Guimarães²

Grupo de Trabalho (GT): Educação, Direitos Humanos, Currículos, Sujeitos e Diversidades.

RESUMO

O objetivo deste estudo de revisão sistemática foi analisar como analisar os desafios e potencialidades identificados na produção acadêmica sobre a interseccionalidade aplicada à Educação Inclusiva na escola pública, com foco na inclusão de estudantes com deficiência. Foram selecionados três estudos que compartilham o entendimento da interseccionalidade como uma ferramenta teórica e crítica para problematizar as desigualdades estruturais que atravessam as pessoas com deficiência. Os artigos apontam que marcadores sociais como raça, gênero, classe e deficiência não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam na vivência escolar, influenciando diretamente a forma como os estudantes são percebidos, acolhidos e reconhecidos nas instituições educacionais. Destaca-se, especialmente, a crítica à invisibilidade desses marcadores nas práticas pedagógicas e políticas públicas, que tendem a adotar uma concepção universalizante e tecnicista da inclusão. Os autores convergem na defesa de uma abordagem interseccional que reconheça a pluralidade dos corpos, saberes e experiências, propondo a superação de modelos homogeneizantes.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Educação inclusiva. Escola pública. Marcadores sociais da diferença.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no Brasil tem avançado em termos de matrículas, com destaque para os dados do Censo Escolar 2023, que registraram 1.771.430 estudantes na Educação Especial, concentrados majoritariamente no ensino fundamental. Entretanto, tais números apresentam caráter genérico, uma vez que não especificam as deficiências ou condições desses alunos, o que limita a compreensão da diversidade presente nesse grupo. Nesse contexto, torna-se relevante adotar a interseccionalidade como lente analítica, capaz de revelar como diferentes marcadores sociais — como gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, religião e território — se entrecruzam e influenciam as trajetórias escolares. Autores como Crenshaw (1989), Freitas e Santos (2021) e Guimarães (2024) destacam que a interseccionalidade permite superar visões homogêneas e fragmentadas, reconhecendo a pluralidade de experiências e os múltiplos sistemas de opressão que atravessam a vida dos estudantes com deficiência. Assim, o estudo tem por **objetivo** analisar, por meio de revisão sistemática da

¹ Universidade Federal de Alagoas-UFAL. E-mail: havilla.ferreira@hotmail.com

² Universidade Federal de Alagoas-UFAL. E-mail: soraya.santos@ifepe.ual.br





literatura, os desafios e potencialidades identificados na produção acadêmica acerca da interseccionalidade aplicada à educação inclusiva na escola pública, com foco na inclusão de estudantes com deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A interseccionalidade, conceito sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989), constitui-se como abordagem analítica para compreender como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam, afetando a vida dos sujeitos de forma simultânea e não isolada. No campo educacional, permite ampliar a análise das desigualdades estruturais que permeiam o cotidiano escolar, sobretudo no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência.

Freitas e Santos (2021) apontam que a interseccionalidade atua como lente crítica, revelando a complexidade das experiências escolares e deslocando o foco de modelos homogeneizantes para o reconhecimento da pluralidade de corpos, saberes e vivências. Contudo, Horta, Saraiva e Torres (2023) observam que, embora seu potencial seja significativo, tal perspectiva ainda é pouco incorporada às práticas pedagógicas e políticas públicas, prevalecendo o tratamento da deficiência de modo isolado, o que mantém desigualdades estruturais.

Guimarães (2024) acrescenta que os marcadores sociais que atravessam a vida dos estudantes influenciam suas experiências e a forma como são percebidos na escola. Para efetivar práticas inclusivas, é necessário reconhecer múltiplas identidades e articular estratégias pedagógicas que considerem tais interseccionalidades, evitando abordagens fragmentadas.

Assim, esta pesquisa articula a interseccionalidade à educação inclusiva na escola pública, apoiando-se em perspectivas críticas da Educação Especial. Reconhece-se a deficiência não como característica isolada, mas como experiência atravessada por relações de poder e desigualdade social, o que possibilita repensar políticas e práticas que promovam acesso, permanência e participação equitativa. O diálogo com Crenshaw (1989), Freitas e Santos (2021), Horta, Saraiva e Torres (2023) e Guimarães (2024) reforça que a interseccionalidade é não apenas uma ferramenta teórica, mas também um compromisso político e ético com a construção de uma educação inclusiva capaz de enfrentar múltiplas formas de opressão no cotidiano escolar. Essa base conceitual





sustenta a pertinência de investigar os desafios e potencialidades do tema na produção acadêmica.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico, desenvolvido por revisão sistemática, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando a análise de conteúdo (Bardin, 2011), que possibilita uma leitura aprofundada das contribuições e lacunas da produção acadêmica sobre o tema.

O estudo foi realizado no contexto acadêmico brasileiro, utilizando como fonte de dados a produção científica nacional indexada no Portal de Periódicos da CAPES, escolhido por sua abrangência, relevância e garantia de acesso a artigos revisados por pares, assegurando rigor científico.

A coleta de dados ocorreu em julho de 2025, por meio de buscas com os descritores “interseccionalidade” e “Educação Inclusiva”, combinados pelo operador booleano “and”. Foram incluídos estudos que atendiam simultaneamente aos seguintes critérios: publicações nacionais; acesso aberto; período dos últimos 10 anos 2015 a 2025 (com artigos localizados apenas a partir de 2018); abordagem direta da interseccionalidade na inclusão escolar; e articulação entre deficiência e outros marcadores sociais da diferença.

A busca inicial resultou em 30 artigos. A triagem foi realizada em duas etapas: leitura de títulos e resumos, seguida da leitura integral dos textos selecionados.

Os critérios de exclusão foram os seguintes: artigos que não utilizavam a interseccionalidade como categoria de análise (8 artigos); artigos que abordavam a inclusão apenas sob perspectiva biomédica ou assistencialista (10 artigos); e artigos que não consideravam o contexto da escola pública ou da educação inclusiva, tratando de temas como relações de gênero, questões étnicas ou disciplinas específicas, como Educação Física, Matemática e Língua Portuguesa (9 artigos). Após a aplicação desses critérios, restaram três artigos diretamente relacionados à temática, compondo o corpus de análise.

Os estudos selecionados foram examinados à luz de referenciais teóricos que articulam perspectivas críticas da Educação Especial e da Interseccionalidade, com destaque para Crenshaw (1989), Freitas e Santos (2021), Horta, Saraiva e Torres (2023)





e Guimarães (2024), permitindo identificar tanto o potencial crítico quanto os limites da incorporação da interseccionalidade em práticas escolares e políticas públicas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência.

RESULTADOS

Os artigos selecionados foram organizados por ano de publicação, abrangendo o período de 2021 a 2024: um em 2021 (Freitas; Santos, 2021), um em 2023 (Horta; Saraiva; Torres, 2023) e um em 2024 (Guimarães, 2024). O recorte evidencia um interesse emergente sobre a relação entre interseccionalidade e Educação Inclusiva, embora ainda restrito, o que reforça a necessidade de ampliar o debate acadêmico. Todos os estudos apresentam natureza exploratória, com abordagem qualitativa, voltados à compreensão teórica e crítica do fenômeno, destacando desigualdades sociais, atravessamentos identitários e práticas escolares excluidentes.

A análise integral dos textos revelou pontos de convergência, sistematizados em duas categorias temáticas: (1) a interseccionalidade como ferramenta crítica de análise da inclusão escolar e (2) a invisibilidade dos marcadores sociais da diferença nas práticas e políticas educacionais. Essas categorias, construídas a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2011), permitem uma leitura aprofundada das contribuições e lacunas da produção acadêmica, apontando tanto o potencial da interseccionalidade para a Educação Inclusiva quanto os desafios gerados pela persistente invisibilidade dos múltiplos marcadores sociais nas práticas e políticas educacionais.

Categoria 1: A interseccionalidade como ferramenta de análise crítica da inclusão escolar

Os estudos analisados indicam que a interseccionalidade é uma ferramenta teórica potente para compreender a complexidade da inclusão escolar de estudantes com deficiência, ao visibilizar como múltiplos marcadores sociais – como raça, gênero, classe e territorialidade – se articulam na experiência educacional desses sujeitos. Freitas e Santos (2021) e Guimarães (2024) destacam que essa perspectiva amplia a análise das desigualdades educacionais, revelando os mecanismos estruturais de exclusão presentes nas escolas públicas e oferecendo uma lente crítica para repensar políticas, práticas pedagógicas e conceitos de normalidade e diferença.





Compreender as interseccionalidades na escolarização é fundamental para reconhecer as múltiplas camadas de complexidade que atravessam gênero, raça, etnia e classe social, considerando que as corporeidades não existem isoladamente, mas se entrelaçam a outras dimensões da existência (Freitas; Santos, 2021). Guimarães (2024) complementa que os marcadores sociais moldam as experiências e vivências dos estudantes, influenciando a forma como são percebidos e tratados.

Dessa forma, a adoção de uma abordagem interseccional permite valorizar a diversidade escolar e oferece uma análise crítica das diferenciações produzidas pelos marcadores sociais, propondo repensar práticas pedagógicas e políticas públicas para superar visões fragmentadas da deficiência.

Categoria 2: A invisibilidade dos marcadores sociais da diferença nas práticas e políticas educacionais

Apesar de seu potencial analítico, a interseccionalidade ainda é pouco incorporada às práticas escolares e aos marcos normativos da educação inclusiva, de modo que os marcadores sociais da diferença permanecem frequentemente invisibilizados ou tratados de forma fragmentada. Horta, Saraiva e Torres (2023) destacam que os dados educacionais oficiais desconsideram a pluralidade de identidades dos estudantes da Educação Especial, reforçando uma abordagem tecnicista e genérica da inclusão. Segundo os autores, marcadores como raça, classe, gênero e deficiência são muitas vezes negligenciados nas práticas e políticas educacionais, em razão de um olhar normativo e universalizante.

Ancorados em perspectivas decoloniais latino-americanas, os autores argumentam que o discurso inclusivo, ao tratar a deficiência isoladamente, reforça desigualdades estruturais, comprometendo a efetividade das políticas, que frequentemente se limitam a garantir o acesso sem considerar as singularidades de cada contexto, deixando de promover equidade na permanência e na aprendizagem. Ao enfatizar a necessidade de uma abordagem interseccional, Horta, Saraiva e Torres (2023) defendem que apenas políticas e práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da diversidade e das opressões entrelaçadas podem efetivamente atender às múltiplas realidades dos estudantes da Educação Especial.

Diante desse panorama, os resultados dos três artigos analisados, evidenciam tanto a relevância da interseccionalidade como lente crítica para a análise da inclusão





escolar quanto os limites de sua aplicação nas práticas educacionais. A escassez de estudos e a superficialidade com que os marcadores sociais são tratados indicam que a inclusão, tal como vem sendo conduzida, corre o risco de reproduzir desigualdades históricas sob aparência de universalidade, reforçando a urgência de fomentar produções acadêmicas, políticas públicas e ações pedagógicas que considerem as múltiplas identidades e experiências dos estudantes, garantindo acesso, permanência e participação equitativa no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática permitiu identificar que a interseccionalidade, embora ainda em processo de consolidação nos estudos sobre educação inclusiva, representa uma importante ferramenta analítica para ampliar a compreensão dos desafios vivenciados por estudantes com deficiência na escola pública. Ao considerar os marcadores sociais da diferença, como raça, classe, gênero, deficiência e território, a interseccionalidade contribui para desnaturalizar práticas pedagógicas excludentes e para revelar as estruturas de opressão que atravessam o cotidiano escolar.

Os estudos analisados evidenciam, por um lado, o potencial crítico da interseccionalidade para repensar a inclusão de forma mais justa e sensível à diversidade. Nesse contexto, a interseccionalidade representa uma importante chave teórica e política para compreender os múltiplos atravessamentos que configuram as experiências escolares de estudantes com deficiência. Ao articular marcadores sociais ao processo educativo de pessoas com deficiência, a interseccionalidade amplia o debate sobre inclusão, permitindo reconhecer as desigualdades estruturais historicamente invisibilizadas nas práticas e políticas educacionais.

Por outro, os estudos também demonstraram que há um distanciamento entre esse referencial teórico e as políticas públicas e práticas educacionais atualmente em vigor, que ainda tratam os sujeitos da educação especial de maneira genérica e descontextualizada. Pois apesar de seu potencial transformador, a interseccionalidade ainda é pouco explorada nos contextos escolares, permanecendo como um campo teórico relativamente desconhecido por grande parte dos profissionais da educação. Assim, diante dos desafios que a escola pública enfrenta para garantir uma educação inclusiva de fato, torna-se urgente ampliar o diálogo entre interseccionalidade e educação,





fortalecendo práticas pedagógicas que reconheçam e acolham a diversidade em sua complexidade.

Por fim, a revisão reforça o compromisso de que a inclusão escolar deve ir além do acesso e considerar as singularidades dos sujeitos para promover uma educação verdadeiramente equitativa e transformadora, capaz de responder às complexas realidades dos estudantes com deficiência em suas múltiplas identidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2023: matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão**. Brasília, DF: Inep, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 16 ago. 2025

CRENSHAW, K. **Desmarginalizando a interseção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, à teoria feminista e à política antirracista**. University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FREITAS, Marcos Cezar de; SANTOS, Larissa Xavier dos. **Interseccionalidades e a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, e233788, 2021. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busador.html?task=detalhes&souce=all&id=W3163565563>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GUIMARÃES, Willian. **Resistência e reconhecimento: marcadores sociais da diferença e suas implicações na Educação Especial e Inclusiva**. Revista Foco, Curitiba, v. 17, n. 3, e4399, p. 1–18, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n3-023. Disponível em: <https://periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/...W4392457225>. Acesso em: 10 jul. 2025.

HORTA, Ícaro Belém; SARAIVA, Ana Maria Alves; TORRES, Josiane Pereira. **A emergência da interseccionalidade nos debates sobre deficiência: contribuições de pensamentos decoloniais latino-americanos**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280016, 2023. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/busador.html?task=detalhes&souce=all&id=W4389323854>. Acesso em: 10 jul. 2025.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar da Educação Básica 2023: microdados**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 5 jul. 2025.

